

O movimento de economia solidária: essencialidades do princípio educativo

Alysson André Régis Oliveira *

Resumo. O objetivo deste estudo foi entender a essência do princípio educativo que rege o Movimento de Economia Solidária (MES), seus sentidos e significados, indagando sobre seu caráter emancipatório, partindo do pressuposto de que o processo educativo na economia solidária seja capaz de criar novos significados e orientações políticas estratégicas, buscando ir além da própria esfera econômica, alcançando campos cada vez mais amplos da política e da cultura. Nesta pesquisa, para a discussão da emancipação e seus elementos norteadores, deu-se destaque a intelectuais que têm a educação como objeto de suas preocupações filosóficas. Assim, nos apropriamos, principalmente, das ideias do italiano Antônio Gramsci e do brasileiro Paulo Freire. A dimensão de estudo que abrigou esta tese foi o da História Social, voltada para uma história das massas ou para uma história dos grupos sociais, ou seja, o que haveria de relevante a ser estudado não era certamente a história dos grandes homens, ou mesmo a história política dos grandes Estados e das instituições, mas sim a história das relações entre os diversos grupos sociais presentes em uma sociedade, particularmente nas suas situações de conflito. Sendo assim, foi possível afirmarmos que a educação promove a aprendizagem de conhecimentos emancipatórios, que contribuam e possibilitem o indivíduo a agir conscientemente, engajando-se na luta por transformações das condições perversas, injustas e negadoras da dignidade humana. Em suma, isso nos permitiu concluir que, para este estudo específico, as práticas socioeducativas nos EES colaboram com a perspectiva da formação humana para a emancipação, considerando estes espaços não escolares como um celeiro de desenvolvimento ideológico contra-hegemônico.

Palavras-chave: Movimento de economia solidária; empreendimentos econômicos solidários; educação emancipatória; práticas socioeducativas; formação humana.

EL MOVIMIENTO DE LA ECONOMÍA SOLIDARIA: ESENCIALIDADES DEL PRINCIPIO EDUCATIVO

Resumen. Este estudio se ha realizado con el objetivo de entender la esencia del principio educativo que rige el Movimiento de Economía Solidaria (MES), sus sentidos y significados, obteniendo información sobre su carácter de emancipación, asumiendo que el proceso educativo en la economía solidaria sea capaz de crear nuevos significados y orientaciones políticas estratégicas, buscando ir más allá de la propia esfera económica,

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Brasil

alcanzando campos cada vez más amplios de la política y la cultura. En este proyecto de investigación, para la discusión de la emancipación y sus elementos orientadores, se ha hecho hincapié a intelectuales que tienen la educación como objeto de sus preocupaciones filosóficas. De este modo, nos apropiamos, especialmente, de las ideas del italiano Antõnio Gramsci y del brasileño Paulo Freire. La dimensión de estudio de esta tesis ha sido el de la Historia Social, orientada hacia una historia de las masas o hacia una historia de los grupos sociales, es decir, lo que sería relevante estudiar no era en realidad la historia de los grandes hombres, o incluso la historia política de los grandes Estados y de las instituciones, sino la historia de las relaciones entre los diferentes grupos sociales presentes en una sociedad, particularmente en sus situaciones de conflicto. Por lo tanto, ha sido posible afirmar que la educación promueve el aprendizaje de conocimientos de emancipación que contribuyan y posibiliten al individuo a actuar conscientemente, comprometiéndose en la lucha por transformaciones de las condiciones perversas, injustas y negadoras de la dignidad humana. Por lo tanto, En suma, esto nos ha permitido concluir que, para este estudio específico, las prácticas socioeducativas en los EES colaboran con la perspectiva de la formación humana para la emancipación, considerando estos espacios no escolares como un establo de desarrollo ideológico contra hegemónico.

Palabras clave: movimiento de economía solidaria; emprendimientos económicos solidarios; educación de emancipación; prácticas socioeducativas; formación humana.

188

THE MOVEMENT OF SOLIDARITY ECONOMY: ESSENTIALITIES OF THE EDUCATIONAL PRINCE

Abstract. The objective of this study was to understand the essence of the educational principle that governs the Solidarity Economy Movement (SEM), its senses and meanings, enquiring about its emancipatory character, on the assumption that the educational process in the solidary economy is able to create new meanings and strategic policy directions, seeking to go beyond its own economic sphere, reaching broader fields in politics and culture. In this search, to the discussion of emancipation and its guiding elements, intellectuals who have education as the object of their philosophical concerns were highlighted. So, we appropriated, mainly, the Italian Antonio Gramsci's and the Brazilian Paulo Freire's ideas. The size of the study that harbored this thesis was the Social History, facing a history of crowds or a history of social groups, ie what would be relevant to be studied was certainly not the history of great men, or even the political history of the large states and institutions, but the history of the relations among the various social groups present in a society, particularly in their conflict situations. Therefore, it was possible to affirm that education promote the learning of emancipatory knowledge that contribute and enable the individual to consciously act, engaging in the struggle for transformation of perverse conditions, unfair and deniers human dignity. In short, it allowed us to conclude that, for this particular study, the socio-educational practices in the SEE collaborate with the perspective of human development for

the emancipation considering these non-school spaces as an ideological development barn counterhegemonic.

Keywords: Solidarity economy movement; economic solidary enterprises; emancipatory education; socio-educational; practices; human development.

1. ASPECTOS NORTEADORES: TECENDO O TEMA

Num primeiro momento, faz-se necessário reafirmarmos que a educação é um dos requisitos fundamentais para que os indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade. Ela é um direito de todo ser humano como condição necessária para ele usufruir de outros direitos constituídos em uma sociedade democrática. Por isso, o direito à educação é, sobretudo, o direito a aprender (Gadotti & Torres, 2009). O que o autor traz leva-nos a pensar se a escola é o único meio ou instrumento que pode gerar aprendizagem. Em uma sociedade pós-moderna, parece que este não é o único local possível para a realização da aprendizagem.

Ao longo das últimas décadas, com as transformações ocorridas no Brasil decorrentes do processo de globalização e do avanço das novas tecnologias, a educação passou a ser vista como um instrumento de democratização, capaz de promover conhecimento e informação necessários para incluir o indivíduo no mundo do trabalho. Entretanto, a realidade aponta para uma sociedade em crise, marcada pela política neoliberal que, ao mesmo tempo em que busca combater as injustiças sociais e acabar com as desigualdades, depara com graves problemas em todas as áreas, inclusive, a própria educação, que se vê diante de novas situações geradoras das transformações nas questões pedagógicas. Dessa forma, ao não conseguir atender às exigências que se criam, a educação busca apoio em outros segmentos da sociedade, na tentativa de combater, ou, pelo mesmo, diminuir as dificuldades resultantes do seu próprio sistema capitalista, gerando novas formas de intervenção social. É nesse cenário que a educação não formal, através de espaços não escolares, passa a se destacar, pois se configura como um campo de aprendizagens e saberes. Ela entra em cena, ocupando, cada vez mais, novos espaços significativos na sociedade, merecendo, portanto, um olhar diferenciado.

Esses espaços configuram, assim, um novo campo da educação que aborda processos educativos fora das escolas ou não, em processos organizativos da sociedade civil, abrangendo organizações sociais e não governamentais, movimentos sociais ou processos educacionais articulados com a escola e comunidade. No Brasil, a educação não formal apresenta

uma estreita relação com os movimentos sociais (GOHN, 2007). Essa relação está focada no aspecto político, isto é, no caráter educativo da organização política da coletividade.

A concepção que temos e assumimos quanto ao entendimento de educação não formal nessa discussão parte do pressuposto de que a educação propriamente dita é um conjunto, uma somatória que inclui a articulação entre educação formal, a educação informal e a não formal, que tem um campo próprio, embora possa se articular com as outras duas. A não formal engloba os saberes e aprendizados gerados ao longo da vida, principalmente em experiências via participação social, cultural ou política em determinados processos de aprendizagens, tais como projetos sociais, movimentos sociais, etc., contribuindo para a produção do saber à medida em que atua no campo no qual os indivíduos atuam como cidadãos.

Portanto, segundo Gohn (2011, p. 13), “a educação não-formal terá que ser considerada uma promotora de mecanismos de inclusão social, que promovem o acesso aos direitos da cidadania”, pois, se assim não for, corre-se o risco de se adotarem posturas assistencialistas por meio das quais se enfatiza a carência cultural no lugar da valorização e ressignificação das práticas culturais dos grupos e pessoas em foco.

190

Num segundo momento, é necessário identificar o que se pretende conceituar como Movimento de Economia Solidária (MES) e Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Desta forma, para nosso entendimento, a economia solidária deve ser vista como uma estratégia de enfrentamento da exclusão e da precarização do trabalho, o que confirma a perspectiva acentuada de uma ação afirmativa nesse campo.

Ainda nos valendo de Asseburg e Gaiger (2007), comungamos do acreditar em que as experiências de Economia Solidária (ES) sinalizam traços desse protagonismo, desde seus primórdios, no correr dos anos 1980, quando sua presença, polimorfa e difusa no tecido social, deixava-as aparentemente alheias aos principais embates travados no campo popular. Movendo-se no terreno concreto das lutas pela sobrevivência, reunindo pessoas por meio de práticas participativas, de cooperação e autogestão, essas experiências inovaram ao buscar soluções coletivas de iniciativa própria para demandas, cujo atendimento buscava-se anteriormente por meio de pressões de massa que acionassem a capacidade provedora do Estado (Scherer-Warren, 1996& Gaiger, 2004). Sua expansão e fortalecimento posterior referendaram a hipótese de que cumpririam um papel apreciável na **formação de indivíduos e grupos** com capacidade de ação, advinda da vivência de reorganização da vida cotidiana e, por extensão, das múltiplas esferas da vida social (Gadotti&Torres,2009,

grifo nosso). Dentro desta lógica, a ES pode ser encarada como estratégia de enfrentamento do desemprego e da exclusão social, através do preparo social e profissional de trabalhadores.

Foi dessa maneira que a proposta deste estudo emergiu: motivados a entender os empreendimentos econômicos solidários como espaços constitutivos da educação não formal, contribuindo com a construção deste contexto educativo. Com isso, procuramos elaborar uma pergunta de partida, que passou a ser: qual a essência do princípio educativo que rege o movimento de economia solidária? Quais os sentidos e significados presentes na atuação dos EES como espaços contributivos de um contexto educativo?

O primeiro motivo essencial para a realização desse estudo deve-se ao fato de perceber as práticas educativas desenvolvidas por esses agentes como um campo rico para a pesquisa que envolve atuais problemas relacionados com a educação cidadã e a organização da sociedade civil, em ações coletivas que lutam pela transformação social. Outro elemento que expressa a relevância da pesquisadeu-se porque os pesquisadores possuem uma larga experiência no contexto da economia solidária e participaram do planejamento e desenvolvimento de várias práticas educativas. A contribuição também envolve o ponto de vista teórico, por existirempoucos estudos do tema proposto, quanto ao caráter relacional dos termos, caracterizando-se como um estudo novo, na área da educação não formal, voltado à economia solidária e, principalmente, aos empreendimentos econômicos solidários, o que proporcionará, em nível teórico, uma reflexão para posterior aprofundamento sobre o desenvolvimento das práticas educativas e suas contribuições na formação do sujeito, razão pela qual este é um tema inovador. Compreendemos, por fim, a importância de estudos que aprofundem os problemas vividos e sentidos pelas classes populares, contribuindo, por meio desse conhecimento, para uma reflexão da atuação dessa natureza de organizações sociais, levando a acreditar que pesquisar sobre este tema será de grande contribuição prática para as ações educativas deste tipo de atores.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUAS BASES CONCEITUAIS: UM CAMPO TEÓRICO EM CONSTRUÇÃO

Na expectativa de entender melhor a realidade e os desafios da Economia Solidária no mundo atual, recorreremos, pois, aos conhecimentos já produzidos. Nesse sentido, alguns referenciais teóricos ajudam a elucidar questões referentes ao tema proposto. A economia solidária é um assunto de crescente interesse público. O debate sobre esse tema vem se tornando frequente no meio acadêmico, sindical e nas outras organizações da sociedade

civil, na medida em que o desemprego cresce, buscando-se alternativas. Assim, apresentamos algumas questões acerca da ES, que, em nossa opinião, poderão somar com tantas outras já existentes. A expectativa é de irmos avançando coletivamente na construção de referenciais que nos ajudem a entender a realidade, a reorientar, quando for o caso, as práticas de economia solidária.

Para Singer (2000), a economia solidária deve ser entendida como um modo de produção e distribuição que é reatualizado temporalmente, a partir da necessidade de inserção dos trabalhadores na economia e na busca de postos de trabalho, em contraposição ao modo de produção capitalista.

Neste mesmo sentido, Sousa (2008) acrescenta que a economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais, organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças, trocas, comércio e consumo.

Nestes termos, para iluminar a compreensão que está posta na atualidade sobre a economia solidária, Singer e Souza (2003, p. 13, grifo dos autores) sintetizam, afirmando a importância dessa proposta e sua alternativa de superação do capitalismo:

192

A **economia solidária** surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A **economia solidária** casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo) [...]. O modo solidário de produção e distribuição parece, à primeira vista, um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. **Mas, na verdade, ele constitui uma síntese que supera ambos.**

Na compreensão dos autores, a superação do capitalismo é possível porque, na economia solidária, os princípios são distintos e opostos aos da economia capitalista, entre eles: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa; repartição da receita líquida entre os cooperadores. Por essa estrutura organizacional e ideológica, as experiências autogestionárias da economia solidária são modos concretos de organização do trabalho não capitalista, sendo herdeiras da tradição socialista (Singer; Souza, 2003& Singer, 2002, 2004).

Evolvendo-se nesta mesma discussão, Schiochet (2009) destaca que, em sua essência, a economia solidária é um conceito utilizado para definir as atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalha-

dores que se associam e praticam a autogestão. É possível sublinhar, a partir de tais diálogos, as duas especificidades que, na visão do autor, ligam-se à teorização do termo momentaneamente tratado e que fundamentam as características das organizações econômicas solidárias: por um lado, o **estímulo à solidariedade entre os membros**, por meio da autogestão, e, por outro lado, a **prática da solidariedade para com a população trabalhadora em geral**, com ênfase especial na ajuda aos menos favorecidos.

Singer (2002, p. 09-10, grifo nosso) afirma que a cooperativa de produção representa o protótipo da empresa solidária, uma vez que, nessa organização, todos os sócios têm a mesma parcela de capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Na visão desse autor, a definição dessa experiência não se limita, no entanto, ao espaço interno da organização, mas abarca toda a estrutura social: “a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a **propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual**”.

Cabe ressaltar ainda, nesta discussão, a essência da economia solidária, o conceito reconhecido por Guélin (1998, p. 13):

ela [a economia solidária] é composta por organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros.

193

Para Laville e Roustang (1999), o conceito de economia solidária proporciona uma ênfase sobre o desejo primeiro da economia social, na sua origem, de evitar o fosso entre o **econômico, o social e o político**, pois é na articulação destas três dimensões que se situa o essencial da economia social ou solidária. O termo, segundo esses autores, tenta dar conta da originalidade de numerosas iniciativas da sociedade civil que não se encaixam na trilogia legalizada na França das cooperativas, mutualidades e associações. Mas os autores alertam quanto ao termo, que não é a expressão do que seria desejável fazer. Ele visa muito mais a problematizar práticas sociais implantadas localmente.

Gadotti (2009, p. 26), ao discutir a economia solidária em sua diversidade e complexidade, resume o seu caráter nas seguintes palavras:

Trata-se, na verdade, de uma desmercantilização do processo econômico, programa básico de construção de um novo socialismo hoje. Essa desmercantilização não significa uma desmonetarização ou o fim do mercado, mas sim ‘a eliminação do lucro como categoria’.

Essa formulação é muito interessante, pois, sendo a economia solidária formada por empreendimentos autogestionários, portanto, autônomos, tanto em relação ao Estado como em relação ao capital, não há dúvida de que eles só podem atuar em mercados. Por isso, a economia solidária é realmente um novo socialismo, que nada tem em comum com o velho “socialismo realmente existente”, baseado no planejamento centralizado da produção, distribuição e consumo pelo Estado, ao qual estavam subordinados todos os empreendimentos, que, por não terem autonomia, jamais puderam ser autogestionários.

Em sua propriedade, a SENAES (2004, p.6) aponta que a expressão economia solidária tem diferentes usos, pois, ao atingir, recentemente, o estatuto de política pública, passou a ser definida como “conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão”. Mesmo assim, é válido saber que outros segmentos sociais também a incorporam, como toda e qualquer iniciativa empreendedora desenvolvida por desempregados excluídos do mercado, com vistas a constituir seu próprio negócio. O campo é de entroncamento desses vários significados. Apesar do discurso hegemônico nos fóruns articuladores dessas iniciativas, hoje abrigamos, também no governo, essas práticas econômicas, vinculando-as a ações coletivas autogestionárias (daí o sentido da solidariedade).

194

Segundo os pesquisadores e os adeptos da causa da economia solidária, ela não se resume ao cooperativismo, mas este é sua forma principal, pois tem fundamentos éticos de organização e uma tradição histórica. Nessa perspectiva, a economia solidária vai além, portanto, do cooperativismo, abrangendo outras formas de organização econômica, mas com a mesma orientação igualitária e democrática. Ou seja, são experiências baseadas em valores coletivistas, não individualistas.

Mediante este arsenal de conceitos, o modo de produção e distribuição parece, à primeira vista, um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. A unidade típica da ES é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperados não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado sobras), também por critérios acertados

entre todos os cooperados. A cota básica do capital de cada cooperador não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado.

3. A ESSENCIALIDADE DA EMANCIPAÇÃO NO PRINCÍPIO EDUCATIVO: SENTIDOS E SIGNIFICADOS PARA ALÉM DO PLANO ECONÔMICO-ESTRUTURAL

No movimento de economia solidária, a ação econômica é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo, o que envolve elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais, sociais e políticos.

Para Gramsci (1982), não é possível tratar de emancipação apenas no plano econômico-estrutural. As dimensões da política e da cultura são também fundamentais. A emancipação, que se refaz cotidianamente, só é possível a partir da formação de amplos consensos em torno de uma concepção de mundo alternativa àquela que predomina no *status quo* vigente, contrapondo-se à concepção hegemônica que reproduz a dominação existente. E esta nova concepção de mundo deverá ser construída a partir de novos sentidos e significados às relações sociais, para que estas não se reproduzam como relações de poder, de dominação de uns sobre outros.

Gohn (2010) aproxima-se do pensamento de Gramsci quando diz que, na perspectiva da educação não formal, podemos encontrar algumas dimensões que contribuiriam no processo de construção do indivíduo envolvido num princípio emancipatório, são elas: (a) **Política**: quais são seus direitos e os da sua categoria, quem é quem nas hierarquias do poder estatal governamental, quais são os obstáculos ou as dificuldades para o exercício de seus direitos, etc. Podemos entender, dentro da perspectiva da autora, que, para o contexto da economia solidária, esta aprendizagem contribui com o movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, não baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos. Ou seja, uma **dimensão política**, enquanto organizações coletivas, nas quais prevaleçam práticas democráticas, cooperativas e autogestionárias entre os integrantes; (b) **Cultural**: quais os elementos que constroem a identidade do grupo, quais as suas diferenças, diversidades e adversidades

culturais que têm de enfrentar, qual a cultura política do grupo (seu ponto de partida e o processo de construção ou agregação de novos elementos a essa cultura), etc. Reconhecemos, a partir deste destaque dado pela autora, que tal aprendizagem, no âmbito dos EES, é também um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não afetem o meio ambiente. Neste aspecto, também simbólico e de valores, estamos falando de mudar o paradigma da competição para o da cooperação da inteligência coletiva, livre e partilhada; (c) **Econômica**: quanto custa, quais os fatores de produção, como baixar custos, como produzir melhor e com custo mais baixo, etc. Ou seja, reconhecemos esta aprendizagem como um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo, com base na democracia e na cooperação, o que os autores definem como autogestão. Uma **dimensão econômica**, enquanto atividades econômicas que garantam meios de vida aos integrantes dos EES.

Entendemos que o conceito de economia solidária proporciona uma ênfase sobre o desejo primeiro da economia social, na sua origem, de evitar o fosso entre o **econômico, o cultural e o político**, pois é na articulação destas três dimensões que se situa o essencial da economia social ou solidária. Por esta razão, acreditamos que a escolha dos autores apresentados nesta seção justifica-se também pelo ato de comunhão entre os sentidos e significados dados por eles à abordagem da aprendizagem emancipatória para além do aspecto econômico-estrutural, essencialidade apontada pelo movimento de economia solidária, conforme discutimos anteriormente. Embora, muitas vezes, apenas uma delas tenda a ser enfatizada, todas essas dimensões são fundamentais para que a economia solidária se concretize.

Essas contribuições caracterizam uma conexão entre cultura, política e economia. Segundo o entendimento de Gramsci (1982), esses conceitos são distintos, mas possuem uma interdependência. A vida econômica proporciona o terreno permanente e orgânico, desde que a política seja um produto genuíno desse terreno e que possa proporcionar uma superação superior ao capitalismo. São os intelectuais – grupo social – que conseguem fazer a passagem do terreno permanente e orgânico da vida econômica para a organização política eficaz. Assim, se uma classe não consegue seus próprios intelectuais, ela é incapaz de se transformar numa força hegemônica. Ou seja, no âmbito de cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, ocorre, organicamente, a criação de uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função não só no campo econômico, mas também no social, político e cultural.

A dimensão epistemológica realça o papel do trabalho na construção de conhecimento (não só técnico, mas também político, cultural e social). As dimensões política, cultural e social põem em evidência os processos e mecanismos, marcados por relações conflituosas, que são responsáveis pela produção e apropriação de tais conhecimentos. A dimensão pedagógica refere-se mais diretamente ao processo de construção, transmissão e acesso de conhecimentos, quer estes se efetivem por procedimentos formais ou informais.

Nesses termos, o processo educativo do movimento de economia solidária, como uma complexa construção social, inclui, necessariamente, uma dimensão pedagógica, ao mesmo tempo em que não se restringe a uma ação educativa, muito menos a um processo educativo de caráter exclusivamente técnico. Por outro lado, quanto mais associada estiver a uma visão educativa que a tome como um direito de cidadania, mais poderá contribuir para a democratização das relações de trabalho e para imprimir um caráter social e participativo ao modelo de desenvolvimento.

Levando em consideração as ênfases defendidas pelos autores sobre a importância de uma análise não apenas a partir dos aspectos econômicos, mas também dos aspectos político e cultural, pensamos que seria necessário abordarmos essas aprendizagens com maior ênfase. Vale, ainda, destacar que a escolha dessas dimensões em nosso estudo deu-se também pela estreita harmonia destes fatores que se fazem presentes na discussão teórico-metodológica do movimento de economia solidária, conforme apontamos anteriormente.

3.1 Aprendizagem política

Uma das aprendizagens que abordaremos como essencialidade na análise de nosso estudo é o aspecto político do processo educativo presente na formação dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

Antonio Gramsci (1891-1937) foi um pensador inconformado com o seu tempo, acreditando que era possível que os movimentos sociais, ligados às camadas populares, pudessem, por meio da ação política, promover transformações em favor da qualidade de vida. Com o conceito de intelectuais orgânicos, ajuda-nos, na atualidade, fazer enunciados no sentido da mobilização social, para o engajamento político das camadas subalternas, na luta por emancipação. Para Gramsci (1982), o processo hegemônico vincula o ato pedagógico ao político. Ambos isolados não concretizam, de forma plena, o estado hegemônico. A educação das massas, para a elevação de sua cultura, é um ato preliminar que serve de suporte à tomada de poder. A formação

política é um constante desafio para quem se propõe a ser educador, seja esse desafio na educação formal ou não formal. O ato político é colocado como elemento de formação que caracteriza o sujeito como agente da sua história.

Gramsci (1982) deu destaque em seus estudos à função intelectual na dinâmica da sociedade capitalista, função que é, sempre e inseparavelmente, educativa e política. O tema central é a **hegemonia política como processo educativo**. Isto significa que, quando um grupo social, ocasionalmente, manifesta-se na ação e movimenta-se como um conjunto orgânico, com uma concepção própria de mundo (ainda que embrionária), mesmo de forma descontínua, toma tal hegemonia por empréstimo a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que lhe é estranha. E aquele grupo (o primeiro) afirma por palavras esta concepção, e também acredita segui-la, já que a segue em “épocas normais”, ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada. É por isso, portanto, que não se pode desvincular a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são, também, fatos políticos.

Agir politicamente, para o nosso entendimento, é estar em condições de enfrentamento das situações adversas e conseguir construir alternativas de mudanças. Para Gramsci (1978, p. 23),

198

[...] a filosofia, como ordem intelectual é a crítica e superação das condições dadas. Ela, então, colabora para elevar o senso comum e aproximar do conhecimento científico, criando, assim, formas de entendimento da realidade, em suas diversas dimensões e complexos dialéticos.

O agir em favor da intervenção numa determinada realidade é sempre uma ação política. “Eis a razão por que não se pode separar a filosofia da política e se pode mostrar, pelo contrário, que a opção e a crítica de uma concepção do mundo é, também, um ato político” (GRAMSCI, 1978, p. 24). O ato intelectual é um ato político, pois consiste numa inserção ao contexto social, na decifração das relações de poder e nos processos de dominação.

Para Gramsci, os sujeitos que se ocupam em pensar a realidade social, servindo de mediadores entre a sociedade civil (movimentos sociais) e a sociedade política (Estado) são chamados de intelectuais orgânicos. Para o autor, intelectual é:

[...] um filósofo, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isso é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1982, pp. 7-8).

Ainda segundo o autor supracitado, toda classe social tem seus intelectuais, tanto a classe burguesa ou a proletária. Mas sua grande preocupação era com a formação de intelectuais orgânicos das camadas populares; estas é que necessitavam dos conhecimentos dos intelectuais orgânicos para ajudar a realizar uma leitura do mundo e, assim, possibilitar construir alternativas de hegemonia, no contexto de luta pela qualificação da vida, em todos os sentidos: espirituais e/ou materiais.

Suas ideias nascem como uma das expressões da emergência política das classes populares e, ao mesmo tempo, conduzem a uma reflexão e a uma prática dirigidas sobre o movimento popular. Ao dirigir-se diretamente para a grande massa dos superexplorados e dos pauperizados, o pensamento e a prática educativa sugerem a necessidade da política. Mas já agora se trata de outra política, não mais da manipulação populista. Apesar de que ninguém possa aceitar a ideia ingênua da educação como **a alavanca da revolução**, caberia considerar que, neste caso, a educação possibilita o surgimento de uma política popular e lhe sugere novos horizontes.

Nesta discussão, Freire (1979) acrescenta que não se separa o ato pedagógico do ato político, tampouco os confunde. Evitando querelas políticas, ele tenta aprofundar e compreender o pedagógico da ação política e o político da ação pedagógica, reconhecendo que a educação é essencialmente um ato de conhecimento e de conscientização e que, por si só, não leva uma sociedade a se libertar da opressão. Depois de Paulo Freire, ninguém mais pode ignorar que a educação é sempre um ato político. Aqueles que tentam argumentar em contrário, afirmando que o educador não pode **fazer política**, estão defendendo uma certa política, a da despolitização.

Acreditamos que um teor político no princípio educativo dos Empreendimentos Econômicos Solidários contribui para além dos critérios da eficiência (basicamente reportado ao grau de cumprimento de metas) e da eficácia (relacionado ao grau de cumprimento de metas financeiras), devendo-se dar relevância aos benefícios econômicos, políticos, culturais e sociais efetivamente trazidos pelo processo educativo para os sujeitos. Ou seja, a ação de qualificação profissional precisa ser avaliada também pela capacidade de propiciar o empoderamento, como sujeitos individuais e coletivos, dos públicos envolvidos, seja como trabalhadores assalariados, como trabalhadores autônomos, ou cooperados.

3.2 Aprendizagem cultural

Não podemos conceber a cultura como um saber enciclopédico, segundo o qual o homem é visto sob a forma de recipiente para se encher e amontoar com dados empíricos, muitas vezes desconexos, devendo ele, depois, arrumar o cérebro como puder, respondendo, então, aos vários estímulos do mundo externo. Segundo Monasta (2010), esta forma de cultura é deveras prejudicial, especialmente para o proletariado. Serve apenas para criar desajustados, ente que se crê superior ao resto da humanidade porque armazenou na memória certa quantidade de dados e de datas, aproveitando todas as ocasiões para estabelecer uma barreira entre si e os outros.

Sabemos que o termo cultura apresenta muitas acepções, tendo sido interpretado de várias formas na história e com posições diferenciadas nos vários paradigmas explicativos da realidade social. De acordo com Gohn (2011), no senso comum, o termo é associado a estudo-educação-escolaridade, ou ao mundo das artes, aos meios de comunicação de massa; ao mundo do folclore, lendas, crenças e tradições passadas ou, ainda, a períodos ou etapas da civilização humana.

200

Santos (1983) sistematizou as concepções sobre cultura em dois blocos: o primeiro está ligado a aspectos da realidade social, a tudo aquilo que se relaciona à existência de um povo, de uma nação, etc. O segundo tem uma ligação direta com o conhecimento, com o mundo das ideias e das crenças, com as maneiras como estas últimas existem na vida social. Chauí assinala que, em Voltaire e Kant, cultura e civilização exprimem o mesmo processo de aperfeiçoamento moral e racional, o desenvolvimento das Luzes na sociedade e na história. “Cultura torna-se medida de uma civilização, um meio de avaliar seu grau de desenvolvimento e progresso” (1986, p. 12).

Ainda na visão de Monasta (2010), o termo cultura é organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, é conquista de consciência superior pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e os próprios deveres. Mas tudo isso não pode acontecer por evolução espontânea, por ações e reações independentes da própria vontade, como acontece na natureza vegetal e animal, em que cada coisa seleciona e especifica inconscientemente os próprios órgãos, por lei fatal das coisas.

O homem é sobretudo espírito, isto é, criação histórica e não natureza. Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’ significa também e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’, por assim dizer, transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral (Monasta, 2010, p. 72).

Chauí (1986, pp. 13-14) destaca

[...] que com Hegel a Cultura se torna conjunto articulado dos modos de vida concebida como trabalho do Espírito mundial [...] campo das formas simbólicas. Em Marx, a cultura será concebida como relação material determinada dos sujeitos sociais com as condições dadas ou produzidas por eles [...] momento da práxis social como fazer humano de classes sociais contraditórias na relação determinada pelas condições materiais, e como história da luta de classes.

A hegemonia cultural, no entender de Gramsci (1982), resultado da ação da sociedade civil, passa pelos organismos sociais e políticos, por exemplo, a escola, a igreja, meios de comunicação, movimentos sociais, família, etc. Neste caso, pensava ele que a ideologia que dava sustentação ao pensamento dos sujeitos do processo sócio-histórico constitui-se elemento a ser trabalhado pelos intelectuais orgânicos. Para isso, considerava fundamental a relação do homem com a política para a construção da hegemonia. O autor ressalta aqui que os intelectuais têm um papel importante na organização e na elaboração da cultura de uma sociedade, capaz de construir hegemonias.

Neste sentido, ganha importância o conceito de Cultura que aparece imbricado ao conceito de hegemonia. Cultura, para Gramsci, é cuidar de alguma coisa. É fazer alguma coisa. Como dissemos acima, é agir. Para ele seria o

[...] exercício de pensamento, aquisição de idéias gerais, hábito de relacionar causas e efeitos. Para mim todos já são cultos porque pensam, relacionam causas e efeitos. Mas são empiricamente e não organicamente, [...] tenho uma idéia socrática de cultura: pensar independentemente e proceder bem independentemente do que se faz (1982, p.25).

A cultura das classes subalternas dependentes tem, para ele, um significado essencial, até porque essa cultura de “massa”, isto é, do “povo”, é o principal terreno onde se opera a política cultural. Ele, aqui, é crítico em confronto com a cultura burguesa, até porque nenhuma classe social pode conquistar e conservar o poder se não há o “consenso” das massas. Para se obter o consenso, deve-se exercitar a hegemonia sobre o povo, mas aqui também nem tudo que vem do povo é expressão da consciência crítica, de modo que a política cultural que está sendo instituída é sempre movediça, transitória e contingente, estratégia de força e consentimento para a adequação das consciências.

Arantes (1982, p. 35) afirma que, na antropologia social, foi Malinowski (1966) que demarcou a necessidade de se ver qualquer objeto, costume, ação ou símbolo em relação ao contexto da vida social do grupo. Nos estudos da sociologia, a cultura sempre aparece associada a processos de mudança e transformação social, como mola propulsora de mudanças sociais.

Leach (1978), Santos (1983) e Chauí (1986) estão entre os autores que associam cultura e mudança social. Em suas concepções, o estudo da cultura implica aceitar a existência de uma historicidade, na qual sociedade e cultura estão sempre se refazendo, porque não são entidades estáticas.

Outra colaboração sobre a reflexão da aprendizagem cultural é realizada por Paulo Freire, em sua obra *Educação como prática da liberdade*, quando aponta que, a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai dinamizando o seu mundo. Segundo Freire (1967, p. 43), o homem “vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura”.

202

As reflexões do autor são fundamentais para o conceito de cultura como o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez. A cultura como o resultado de seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador. O sentido transcendental de suas relações. A dimensão humanista da cultura. A cultura como aquisição sistemática da experiência humana. Como uma incorporação, por isso crítica e criadora, e não como uma justaposição de informes ou prescrições “doadas”. A democratização da cultura — dimensão da democratização fundamental. O aprendizado da escrita e da leitura como uma chave com que o analfabeto iniciaria a sua introdução no mundo da comunicação escrita. O homem, afinal, no mundo e com o mundo. O seu papel de sujeito, e não de mero e permanente objeto.

Na obra *Educação e Mudança*, Freire (1979) também traz para o centro das discussões o elemento da cultura e nos afirma que o homem enche de cultura os espaços geográficos e históricos. “Cultura é tudo o que é criado pelo homem. Tanto uma poesia como uma frase de saudação. A cultura consiste em recriar, e não em repetir. O homem pode fazê-lo porque tem uma consciência capaz de captar o mundo e transformá-lo”, diz o autor (p. 16). Isto nos leva a uma segunda característica da relação: a consequência, resultante da criação e recriação que assemelha o homem a Deus. “O homem não é, pois, um homem para a adaptação. A educação não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade. O homem deve transformar a realidade para ser mais (a propaganda política ou comercial fazem do homem um objeto)” (p. 16).

O autor ainda acrescenta, afirmando que

Todos os produtos que resultam da atividade do homem, todo o conjunto de suas obras, materiais ou espirituais, por serem produtos humanos que se desprendem do homem, voltam-se para ele e o marcam, impondo-lhe formas de ser e de se comportar também culturais. Sob este aspecto, evidentemente, a maneira de andar, de falar, de cumprimentar, de se vestir, os gostos são culturais. Cultural também é a visão que tem ou estão tendo os homens da sua própria cultura, da sua realidade (1979, p. 31).

Assim como o conceito de cultura, cultura política também é um termo de múltiplos significados e qualificativos. O paradigma marxista de análise da realidade constrói um quadro geral da análise que confere importância fundamental à infraestrutura da sociedade, ao modo de produção da vida material. Naquele paradigma, o fenômeno das ideias, dos valores e das ideologias não são vistos como dotados de autonomia.

A cultura política incluiria conhecimentos, crenças, sentimentos e compromissos com valores políticos e com a realidade política. O seu conteúdo é resultado da socialização na infância, da educação, da exposição aos meios de comunicação, de experiências adultas com o governo, com a sociedade e com o desempenho econômico do país (RENNÓ, 1998, p. 71).

A originalidade está em aliar a questão da cultura política à educação. A educação é um processo que requer a integração de conhecimentos com habilidades, valores e atitudes. Gohn (2011) enfatiza esta ideia, acrescentando que a apreensão do processo educativo está associada ao desenvolvimento da cultura política. Juntas, educação e cultura política têm a finalidade de ser instrumento e meio para se compreender a realidade e lutar para transformá-la.

Portanto, falar de cultura política é tratar do comportamento de indivíduos nas ações coletivas, os conhecimentos que os indivíduos têm a respeito de si próprios e de seu contexto, os símbolos e a linguagem utilizada, bem como as principais correntes de pensamentos existentes. Mas é muito complicado falarmos em cultura política de forma isolada do contexto histórico e de outros conceitos de apoio. Isto porque, segundo Gohn (2011, pp. 67-68),

[...] cada época histórica engendra determinada cultura política, segundo os valores e crenças que são resgatados ou construídos, num universo dos temas e problemas com os quais homens e mulheres defrontam-se naquele momento histórico.

Paulo Freire (1995) também tratou da análise da cultura política. “A educação não é a chave para a transformação, mas é indispensável. A educação sozinha não faz, mas, sem ela, também não é feita a cidadania (p.74). A cultura é concebida como modos, formas e processos de atuação dos homens na história, na qual ela se constrói. Está constantemente se modificando, mas, ao mesmo tempo, é continuamente influenciada por valores que se sedimentam em tradições, as quais são transmitidas de uma geração para outra. A educação de um povo consiste no processo de absorção, reelaboração e transformação da cultura existente, gerando a cultura política de uma nação.

Frente a nossa discussão, não podíamos deixar de destacar a cultura da solidariedade, princípio fundamental do movimento de economia solidária. A solidariedade é expressa em diferentes dimensões: na congregação de esforços mútuos dos participantes para alcance de objetivos comuns; nos valores que expressam a justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de sustentabilidade territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão dos debates gira em torno da dimensão da cultura como aquisição sistemática da experiência humana. Podemos afirmar que, por meio da compreensão do termo cultura, também é possível entender o papel dos homens no mundo e com o mundo, como seres da transformação, e não da adaptação. Com a globalização da economia, a cultura se transformou num importante espaço de resistência e de luta social.

A reflexão teórico-metodológica trazida nesta discussão central indica a importância da dimensão formativa para a política pública do Movimento de Economia Solidária. Percebe-se que a formação não é apenas uma atividade transversal aos projetos desenvolvidos, mas constitui-se na própria base de sustentação dessas iniciativas. Esta discussão leva-nos a crer que a educação para a Economia Solidária, seguindo os princípios da solidariedade e autogestão, contribui para o desenvolvimento de um país mais justo e solidário. Ela deverá valorizar as pedagogias populares e suas metodologias

participativas e os conteúdos apropriados à organização, na perspectiva da autogestão, tendo como princípio a autonomia, devendo viabilizar tecnicamente as suas atividades sociais e econômicas e despertar a consciência crítica dos trabalhadores.

Desta forma, comungamos do entendimento da educação em economia solidária como uma **construção social** inerente aos processos de trabalho autogestionários, como elemento fundamental para viabilizar as iniciativas econômicas, para a ampliação da cidadania ativa e do processo democrático, como um movimento cultural e ético de transformação das relações sociais e intersubjetivas, como base de um novo modelo de desenvolvimento, reconhecendo a centralidade do trabalho na construção do conhecimento técnico e social, articulando o trabalho e a educação na perspectiva da promoção da sustentabilidade e orientando ações econômica, política, cultural e pedagógica autogestionárias e solidárias.

A partir desta breve discussão sobre Educação e Economia Solidária, bem como de um olhar com base na educação não formal, pretendemos realizar uma análise reflexo-contributiva deste cenário educativo, percebendo, ainda, que o crescimento do MES no contexto brasileiro deve-se a fatores variados, dentre os quais, a resistência de trabalhadores à crescente exclusão social, desemprego urbano e desocupação rural, resultantes da expansão agressiva dos efeitos negativos da globalização da produção capitalista. Tal resistência manifesta-se, primeiramente, como luta pela sobrevivência, na conformação de um mercado informal crescente, no qual brotam iniciativas de economia popular, tais como a atuação de camelôs, flanelinhas, vendedores ambulantes, entre outros, normalmente de caráter individual ou familiar. Com a articulação de diversos atores, essa resistência também se manifesta na forma de iniciativas associativas e solidárias, voltadas também à reprodução da vida, mas que vão além disso, apontando para alternativas estruturais de organização da economia, baseada em valores como a ética, a equidade e a solidariedade, e não apenas no lucro e acúmulo indiscriminado.

Tomando como base o cenário aqui apresentado, acreditamos que uma das bandeiras de luta do Movimento de Economia Solidária respalda-se no elemento formação, fator primordial para a atuação dos EES, frente ao contexto de construção e fortalecimento discutidos em nosso estudo. Em suma, isso nos permitiu concluir que, para este estudo específico, as práticas socioeducativas nos EES colaboram com a perspectiva da formação humana para a emancipação, considerando estes espaços não escolares como um celeiro de desenvolvimento ideológico contra-hegemônico.

REFERÊNCIAS

- Arantes, Antônio A (1982). *O que é cultura popular*. São Paulo: Brasiliense.
- Asseburg, Hans Benno, & GAIGER, Luiz Inácio (2007). A Economia Solidária diante das Desigualdades. *Revista de Ciências Sociais*, 50(3), 499-533.
- Brasil (2011). *Conteúdos básicos na trajetória da formação Técnica Geral*. Formação Técnica Geral: Livro do Educador. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. Recuperado de: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A3D183F81013D3AC35F881290/PNQ%20conteudos%20gerais%20-%20Livro%20do%20ALUNO.PDF>>.
- IPEA (2004). *A Economia Solidária no governo federal*. Recuperado de: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BBFBB292256E7/conf_textopaulsinger.pdf>.
- O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)*. Recuperado de: <http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57/>.
- Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) (2010). *As faces da Economia Solidária no Brasil*. Recuperado de: <<https://blogecosol.files.wordpress.com/2014/08/as-faces-da-ecosol-no-brasil.pdf>>.
- Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) (2013). *Boletim Informativo - Acontece SENAES (Edição Especial)*. Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária – SIES – disponibiliza nova base de dados. Recuperado de: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>>.
- Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) (2015). *Atlas da Economia Solidária no Brasil, do Ministério do Trabalho e Emprego*. Recuperado de: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>>.
- Secretaria Nacional de Economia Solidária (2004). *Termo de Referência do Sistema de Informações em Economia Solidária – SIES*. Brasília: SENAES/MTE, (mimeo).
- Projeto de Lei PL 4685/2012*. Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os Empreendimentos Econômicos Solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. Recuperado de: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>> . Acesso em: 01 Mar. 2015.
- Chauí, M (1986). *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Freire, Paulo (1967). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- Freire, Paulo (1979). *Educação e Mudança*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- Freire, Paulo (1981). *Ação cultural para a liberdade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- Freire, Paulo (1985). *Pedagogia do Oprimido*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- Freire, Paulo (1995). *A constituição de uma nova cultura política*. São Paulo: Instituto Cajamar, Instituto Pólis, Fase e Ibase.
- Gadotti, Moacir (2009). *Economia Solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire.

- Gadotti, Moacir, & Torres, Carlos Alberto (2009). *Poder e desejo: a educação popular como modelo teórico e como prática social*. São Paulo: Cortez.
- Gaiger, Luiz Inácio (2004). A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização. *Revista de Ciências Sociais*, 47(4), 799- 834.
- Gohn, Maria Glória (2007). *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.
- Gohn, Maria Glória (2010). *Educação Não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez.
- Gohn, Maria Glória (2011). *Educação Não Formal e Cultura Política*. São Paulo: Cortez.
- Gramsci, A (1978). *Obras escolhidas*. revisão Nei da Rocha Cunha. São Paulo: Martins Fontes.
- Gramsci, A (1982). *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Grehan, K (2002). *Gramsci, cultura e antropologia*. Pluto Press. London.
- Guélin, André (1998). *L'invention de l'économiesociale*. Paris: Econômica.
- Laville, Jean-Louis, & ROUSTANG, Guy (1999). L'enjeu d'un partenariat entre État et société civile. In: DEFOURNY, Jacques, et al. *Economie sociale au Nord et au Sud*. Bruxelles: Deboeck, pp. 217-238.
- Leach, E.R (1978). *Cultura e comunicação*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Monasta, Attilio (2010). *Antonio Gramsci*. Recife: Massangana.
- Rennó, L (1998). Teoria da cultura política. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 45.
- Santos, J.L (1983). *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Santos, J.L (1996). A Ação Cidadã no Combate à Pobreza. Em Gaiger, L (org.). *Formas de Combate e de Resistência à Pobreza* (p. 13-22). São Leopoldo.
- Schiochet, Valmor (2009). *Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: breve trajetória e desafios*. IEPA - mercado de trabalho, 40.
- Singer, Paul (2000). *Economia socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Singer, Paul (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Singer, P, & Souza, A. R (2003). *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Singer, Paul (2004). *É Possível Levar o Desenvolvimento a Comunidades Pobres?* Brasília: SENAES/MTE. Recuperado de: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8C1B8E5087/prog_desenvolvimentocomunidadespobre.pdf>.
- Singer, Paul (2007). *A Economia Solidária no Brasil: um retrato em 2005*. Brasília: MTE/SENAES.
- Sousa, Daniela Neves de (2008). Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. *Rev. Katál. Florianópolis*, 11 (1), 53-60.

